

## Açores terão código de conduta para mergulho com tubarões em Maio

Lusa

O Governo dos Açores pretende lançar em Maio um código de conduta com “conselhos muito práticos”, para disciplinar o mergulho com tubarões e jamantas, uma actividade em crescimento no arquipélago.

“É um código voluntário, que vai ser assinado pelos diversos participantes, espero eu, porque a sua elaboração foi feita de forma inclusiva, em sintonia e proximidade com os operadores”, revelou à Lusa Filipe Porteiro, director regional dos Assuntos do Mar.

Várias empresas em diferentes ilhas do arquipélago organizam mergulhos com tubarões e jamantas, um produto turístico que tem tido uma “procura crescente” na região nos últimos anos, com vários peritos a indicarem os Açores como um dos melhores sítios no mundo para esta prática.

À semelhança do que já existe nas ilhas para a observação de cetáceos, o Governo Regional decidiu avançar agora com um código de conduta para o mergulho com tubarões e jamantas com o intuito de “disciplinar a actividade”.

“Foi considerado importante, no fundo, para regulamentar uma actividade marítimo turística recente, que começou a desenvolver-se nos últimos anos e dada a sensibilidade da própria actividade do ponto de vista da segurança dos clientes, das empresas e também do ponto de vista do bem-estar dos animais”, sustentou o director regional.

Segundo disse Filipe Porteiro, entre os vários conselhos do código constam, por exemplo, onde e como se pode usar o engodo para atrair os animais, quais os equipamentos mínimos indispensáveis e que tipo de informação as empresas marítimo turísticas devem dar aos seus clientes antes do mergulho.

O “projecto final do código”, adiantou, foi novamente dado a conhecer a todos os intervenientes, entre eles as empresas marítimo-turísticas, Universidade dos Açores, entre outras entidades, para que possam emitir as considerações finais antes da publicação.

“A nossa perspectiva é que este código possa ser testado na prática. Achamos que é importante esta adopção voluntária do código por parte dos operadores, inclusivamente que testem no local, que os investigadores também percebam se o código está ou não ajustado à realidade e que cumpre os seus objectivos”, disse Filipe Porteiro, admitindo que, no futuro, o código poderá vir a ter aplicação obrigatória.

Filipe Porteiro revelou, ainda, que de acordo com dados avançados na última bienal de mergulho, que decorreu na ilha Graciosa, a actividade de mergulho turístico nos Açores poderá render de forma directa e indirecta vários milhões de euros anuais.

“É uma actividade que na região pode ter bastante importância em termos de oferta marítimo-turística. Além disso, a região beneficia da proximidade ao continente europeu e continente americano. É um destino com segurança”, afirmou.

Público

© 2014 Público

Comunicação Social SA